



## Sobre história e ensino: entrevista com Marieta de Moraes Ferreira.

Aryana Lima Costa<sup>1</sup>

Jocelito Zalla<sup>2</sup>

Conhecida pelos seus trabalhos sobre elites políticas, historiografia e história intelectual, além do uso da metodologia da História Oral, Marieta de Moraes Ferreira tem pesquisado, nos últimos anos, a história do ensino superior de história no país, lançando, em 2013, seu livro *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Também tem se dedicado ao ensino de história em nível de pós-graduação, coordenando o primeiro mestrado profissional nacional na área, o ProfHISTÓRIA. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi pesquisadora e diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da International Oral History Association (IOHA), editora da revista *Estudos Históricos* e da *Revista Brasileira de História*. Atualmente, é coordenadora do programa de livros didáticos da FGV, membro do conselho editorial de diversas revistas nacionais e internacionais e Diretora Executiva da Editora FGV.

Marieta Ferreira nos recebeu, no dia 15 de setembro de 2014, para uma conversa sobre ensino de história, em que nos fala de suas experiências docentes, novas áreas de atuação do profissional em história, possibilidades de encontro entre a pesquisa histórica e o ensino básico e, claro, sobre a implantação e os desafios do ProfHISTÓRIA.

**RL: como foi a sua experiência enquanto professora de História, tanto em educação básica quanto no ensino superior?**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Membro do Conselho Consultivo da Revista do Lhiste.

<sup>2</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Editorial da Revista do Lhiste.



MMF: Na minha geração, quando a gente optava por estudar História, já era uma opção direcionada para ser professor. Porque era muito difícil pensar nessa ideia de pesquisa, de centros de pesquisa. Mesmo a pós-graduação ainda estava muito embrionária. Eu entrei na universidade em 1969, no auge da Ditadura Militar. Comecei a fazer a graduação na UFF, um curso em que a repressão tinha sido muito menor. Eu morava no Rio, mas achava que estudar no IFCS, herdeiro da antiga Faculdade Nacional de Filosofia<sup>3</sup>, era uma coisa meio descabida, porque todo mundo falava muito da repressão, do quadro muito dramático que vigorava lá. Então, fui para a UFF e a minha ideia era ser professora, como de fato eu acabei sendo. Assim que eu me formei, em 1974, fiz concurso para o Estado da Guanarabara, fui bem classificada e comecei a dar aula numa escola em Copacabana e depois numa escola no Leme. Dava aula para quinta, sexta, sétima, oitava séries. Mas tinha a dimensão de que eu queria continuar estudando. Ao mesmo tempo em que fiz concurso para o estado, também fiz concurso para o mestrado. O mestrado estava começando na UFF. Acho que a minha turma foi a terceira ou a segunda turma. Eu já tinha feito a graduação lá, fiz a prova e comecei a fazer o mestrado. Dava aula no colégio e também comecei a dar aula na Faculdade de Filosofia em Nova Friburgo, que era um pouco diferente, era uma faculdade com um nível de organização ainda muito simples. Quando eu cheguei, a professora que dava aula de História, dava aula de tudo: História Antiga, Moderna, Brasil. Eu cheguei para dar aula de História do Brasil e aí comecei também a sugerir outros colegas e a especializar as áreas, quem ia dar aula de Antiga, Idade Média, Brasil. Foi uma experiência para mim muito importante do ponto de vista docente. De dar aula na educação básica e dar aula numa universidade, mas que era uma universidade muito pequena, privada e ainda muito pouco estruturada, as cadeiras, as disciplinas; com um quadro muito pequeno de professores. Eu sempre gostei de dar aula, era uma atividade que me agradava muito. Eu fiquei uns três ou quatro anos trabalhando dessa maneira. Até que, um dia, uma colega minha de graduação na UFF me procurou e disse: “Tem um concurso para pesquisador na Casa de Rui Barbosa. Você não quer fazer? Acho que seria uma coisa legal, a gente tem um grupo legal, um grupo pequeno”. Fiz a prova, passei, e aí eu fiquei com quatro empregos. Tinha o estado, a Casa de Rui Barbosa, tinha a faculdade em Friburgo; quer dizer, três e mais o mestrado. Acabei optando por deixar o estado. Então, a minha experiência docente, nesse momento, na educação básica, terminou, porque a escola em que eu dava aula tinha todas as dificuldades que a gente sabe que existem, que já existiam naquela época,

---

<sup>3</sup> Faculdade Nacional de Filosofia, ou FNFi da Universidade do Brasil. Em 1965 a Universidade do Brasil foi transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo que a conhecemos até hoje. O curso de História pertence atualmente ao Instituto de História..



mesmo sendo uma escola da Zona Sul. Essa escola em que eu dava aula era em Copacabana, depois no Leme, mas tinha muitas dificuldades, a escola não tinha uma boa estrutura. E também, nesse meio tempo, teve a fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio, e isso gerou uma certa confusão nas carreiras, e a gente deixou de ser professor do estado da Guanabara, que tinha um salário melhor, para ser professor do novo estado do Rio. E aí eu deixei a carreira de professor da educação básica, mas continuei dando aula em Friburgo, que era uma coisa que eu adorava, porque eu trabalhava muito com aqueles professores do interior, porque Friburgo funcionava como uma faculdade que tinha gente assim, de Miracema, de Cantagalo. Vinha gente de vários municípios que ficavam no entorno de Friburgo. Entorno assim, duas horas, duas horas e meia, que as pessoas viajavam para ter aula. Foi uma experiência muito interessante para mim. Eu fiquei dando aula lá uns seis anos. Eu terminei o mestrado, ainda dava aula lá e trabalhava na Casa de Rui Barbosa. Nesse meio período, engravidei, tive a primeira filha, e ficou muito difícil de conciliar, ficar indo para Friburgo toda semana, aí eu deixei também a faculdade em Friburgo e fiquei só como pesquisadora na Casa de Rui Barbosa. Mas eu era sempre muito inquieta, já tinha terminado o mestrado, aí surgiu uma oportunidade de vir trabalhar no CPDOC. Disseram que estavam procurando um pesquisador; me candidatei, fiz uma entrevista, e passei a trabalhar no CPDOC. Nesse momento, eu deixei para trás a minha experiência docente, esse meu interesse, esse meu gosto por dar aula de História. Fiquei trabalhando vários anos só com pesquisa. Isso foi, acho, que até 1986. Mas eu sentia muita falta do ensino, porque acho que pesquisa é uma atividade muito boa, interessante, mas você fica muito isolada, você e sua pesquisa, mesmo que você integre um grupo, que você debata com o seu colega, a interação que você tem, eu acho muito restrita. Aí eu comecei a fazer o doutorado na UFF. A Bárbara Levy<sup>4</sup>, professora da pós da UFF e do curso de História do IFCS, sofreu um acidente e me chamou para dar aula no lugar dela. Era algo provisório, um conjunto de palestras no curso da pós-graduação. Eu entrei no IFCS para dar aula na pós-graduação. Eu fiquei muito nervosa com aquilo, mas ela disse: “Não, você tem todas as condições, pode ir sim”. De novo eu me reencontrei, eu pensei: “Eu gosto de dar aula! Não quero ficar mais só como pesquisadora”. No ano seguinte, teve um movimento também de renovação muito grande no IFCS, toda aquela crise da ditadura, tinha evidentemente a anistia, os professores já tinham voltado, mas

---

<sup>4</sup> Maria Bárbara Levy, professora do Departamento de Economia da UFRJ. Produziu trabalhos especialmente na área de história econômica. Também deu aulas FGV, IBMEC, na graduação e pós em História da UFF e na pós em História da UFRJ. Para mais, conferir: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%206/REC\\_6.2\\_07\\_Maria\\_barbara\\_levy\\_historiador\\_a\\_de\\_empresas\\_no\\_brasil.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%206/REC_6.2_07_Maria_barbara_levy_historiador_a_de_empresas_no_brasil.pdf)



o IFCS ainda era um lugar que sofria muito as consequências daquele período da repressão, um período muito duro. Eles estavam também buscando novos professores, primeiramente para algumas vagas de professor-visitante. Eu lembro que naquela época entramos, mais ou menos juntos, eu, Manoel Salgado<sup>5</sup> e Manolo Florentino<sup>6</sup>, praticamente no mesmo ano, como visitantes. E no ano seguinte abriu o concurso. Aí realmente eu me inscrevi para fazer o concurso e fiquei efetiva na universidade. Comecei a dar aula lá em 1986 e fiz o concurso em 1988. Foi muito bom, porque nesse período eu explorava diferentes atividades, dava aula de Brasil Império, Pensamento Social, História Econômica, Primeira República. A minha área de preferência, aí já estava fazendo doutorado, era a Primeira República, eu trabalhava com elites políticas no estado do Rio. Quando fiz o concurso, então, fixei meu interesse pelo ensino. Mas, nesse período em que entrei na universidade, a gente dava aula, o ensino era evidentemente a nossa atividade principal, mas eu acho que a consolidação dos programas de pós-graduação fez com que as licenciaturas ficassem muito secundarizadas, a gente na verdade dava aula, mas a gente estava sempre buscando desenvolver nos alunos a capacidade de pesquisa, buscava oferecer bolsas de iniciação científica, sempre preocupado não só com as nossas pesquisas, mas com as monografias dos nossos alunos. Quer dizer, era uma preocupação muito mais direcionada, digamos assim, para o bacharelado do que propriamente para a licenciatura. A licenciatura ficava muito num segundo plano. Eu acho que também embarquei um pouco nessa canoa, nessa tendência, embora eu sempre achasse que as disciplinas obrigatórias tinham que dar uma visão de conjunto para os alunos. Eu tinha muitos colegas, professores, que queriam às vezes dar um curso tão monográfico que restringia um pouco o aprendizado daquele aluno nosso que depois iria ser professor. Eu sempre achei que a gente deveria ter uma preocupação em fazer cursos mais de síntese, mais panorâmicos, de mais discussão historiográfica, que pudessem passar para os alunos a ideia de que a História construía diferentes interpretações. Depois que eu terminei meu doutorado, comecei a dar aula na pós-graduação também. Eu tive grande número de orientandos. Acho que já orientei cerca de sessenta teses e dissertações, fora as monografias. Nesse período eu exercia minha atividade docente e gostava muito disso. Mas eu não tinha propriamente uma preocupação com o ensino de história, com a licenciatura. Os nossos olhares ficavam muito mais direcionados para a pesquisa, para o bacharelado. Já passado um bom tempo, eu comecei a me

---

<sup>5</sup> Manoel Luiz Salgado Guimarães, foi presidente da ANPUH e professor da UFRJ e UERJ. Produziu trabalhos principalmente na área de teoria e epistemologia da História e historiografia brasileira. Faleceu em 2010.

<sup>6</sup> Manolo Garcia Florentino é professor da UFRJ e atual presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Produz principalmente na área de História da América e mais especificamente com a escravidão nas Américas, África e Brasil..



ligar muito nessa discussão do ensino. Uma experiência que eu tive aqui na Fundação Getúlio Vargas foi produzir um livro didático, coordenar a produção de um livro didático, uma coisa difícil. Produzir um material didático é uma coisa de grande complexidade, que nos demandava um conhecimento realmente aprofundado e de maturidade para fazer um bom trabalho. Outro momento muito importante para a minha percepção do ensino de história, acho que aconteceu em 2008. Nessa época eu era vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social do antigo IFCS, agora Instituto de História, da UFRJ. Tinha um fórum de pós-graduação em Brasília. Na época, o coordenador do fórum era o Manoel Salgado, que era professor da UFRJ e uma pessoa com quem eu tinha grande afinidade de pensamento, de ponto de vista, e amizade também. Nesse fórum levantei a questão da importância de que os programas de pós-graduação valorizassem as atividades docentes na educação básica; que não dava mais para as agências só financiarem pesquisas justamente acadêmicas e não darem atenção, não valorizassem trabalhos que pudessem ser feitos pelos historiadores, como os materiais didáticos, como livros didáticos, como a própria atividade docente. E isso gerou uma polêmica, porque uma parte do público, composta por outros coordenadores, disse que isso não era uma questão da pós-graduação. A pós-graduação tinha que se envolver com pesquisa, a gente não tinha que se preocupar com a educação básica, esse era outro segmento. No nosso próprio programa de História Social, sempre que surgia essa discussão sobre a importância do ensino de História, isso era visto como uma coisa menor. A atividade docente sempre ficava secundarizada. Isso era uma coisa que já existia antes, mas que nesse momento se materializou com essas discussões. Quando eu levantei a questão no fórum, algumas pessoas apoiaram, mas a grande maioria achou que a pós-graduação não devia se ocupar disso. Mas aí o Manoel Salgado sugeriu que criássemos um grupo de trabalho na ANPUH e me convidou para a coordenação. Eu não me lembro mais de todas as pessoas que participavam, mas lembro da Keila Grinberg<sup>7</sup>, da Regina Bustamente<sup>8</sup>, da Surama Conde<sup>9</sup>, e tinha também um professor lá do Rio Grande do Sul, José Rivair Macedo<sup>10</sup>. A gente fez algumas reuniões e redigiu um documento, que o Manoel passou para a CAPES. É um documento pequeno, uma página, em que a gente sugeria que era uma tarefa da pós-graduação se ocupar da educação básica, com a formação de professores, que deveria haver uma melhor avaliação de trabalhos como materiais e livros didáticos, que também deveria se criar cursos que pudessem dar uma formação mais atualizada para os professores

<sup>7</sup> Professora do Departamento de História da UNIRIO.

<sup>8</sup> Professora do Instituto de História da UFRJ.

<sup>9</sup> Professora do Departamento de História da UFRRJ.

<sup>10</sup> Professor do Departamento de História da UFRGS.



de educação básica, enfim, todos esses itens. Entregamos aquilo para a CAPES, o que não gerou maiores consequências inicialmente. Depois eles colocaram um item na avaliação chamado “inserção social”, que era exatamente uma forma de pontuação para aqueles programas que tivessem algum tipo de vinculação ou de contribuição para a educação básica. Mas era ainda uma coisa genérica.

**RL - Pensando nesse exemplo da CAPES: a gente tem uma configuração que exige do pesquisador certo distanciamento em relação ao objeto de estudo, mas, cada vez mais, as demandas sociais tem convocado o historiador a se posicionar, inclusive politicamente, frente a problemas atuais e a construir ações e produtos para além da academia. Como o ensino da história se articula com essas pressões da sociedade hoje?**

MMF: Sexta-feira passada, eu fui num seminário na UFF voltado para discutir a chamada História Pública. Agora criaram, trouxeram para o Brasil, essa denominação, que é conhecida nos Estados Unidos e que envolve justamente, nem tanto a questão do ensino, mas o uso do conhecimento histórico em museus, no turismo, em programas de televisão, enfim, várias atividades que a pessoa formada em História pode exercer além do magistério propriamente dito. Eu acho que essa conexão com a demanda social já foi vista com muita desconfiança. Fazer uma história de empresa, ou um projeto sob encomenda, a história de um município, montar uma exposição para prefeitura, montar algo que tivesse a ver com um centro de memória de uma instituição, isso tudo era sempre visto com muita desconfiança e gerava muitas críticas. Eu me lembro, inclusive, que na época em que eu era diretora do CPDOC, já fazia muitos desses trabalhos, e isso era muito criticado. Eu me lembro que a gente tinha um projeto com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ -, fizemos vários livros de História Oral, a criação de uma exposição sobre a trajetória do estado do Rio, e isso gerava uma desconfiança, como se você estivesse fazendo um trabalho meio “abastardado”, vamos dizer assim, como se você estivesse vendendo a alma ao diabo. Hoje, acho que essa coisa é meio superada. Agora foi criada a Rede Brasileira de História Pública. Há uma série de pesquisadores envolvidos nisso e, cada vez mais, há uma legitimidade em se realizar diferentes trabalhos que usem o conhecimento histórico, em diferentes áreas. Não vejo nenhum problema nisso. Há muito tempo que me envolvo com isso e acho importante, se a gente pode ter um conhecimento e transferir, pode levar a um público mais amplo. O que acho



apenas, em relação às demandas sociais, é que a gente não pode ser ingênuo. Porque, muitas vezes, as empresas, os partidos, as associações, buscam o trabalho dos historiadores ou dos professores de história, dos profissionais de história, um pouco para legitimar os seus pontos de vista. Então tem lá uma empresa que quer fazer uma comemoração, e as comemorações são momentos especiais para esse tipo de coisa, ou um partido, ou a história de um determinado grupo, e aí você fica instado a produzir alguma coisa para atender àquela demanda. Muitas vezes, você tem restrições quanto ao que pode escrever, do que pode falar, e aí, acho que cabe, ao pesquisador, profissional de história, fazer essa avaliação, e não embarcar em coisas que você acha que não garantem aquilo que a gente chamaria de procedimentos básicos do nosso ofício de pesquisador e professor de história, em projetos com uma certa sedução pela memória. De chegar lá e escrever uma coisa ou dar uma aula ou fazer algum tipo de trabalho e aquelas pessoas estarem preocupadas em exaltar um determinado personagem ou destacar uma determinada ideia. Eu me lembro de uma experiência muito interessante. Numa época me chamaram inúmeras vezes para dar aula de história para equipes da Globo. Eu fiz várias aulas, mas uma me chamou a atenção, que foi sobre JK. Dei uma aula que eu daria normalmente, buscando ser didática, com muita imagem e texto, sobretudo, mas em que eu inclusive fazia uma discussão importante sobre a memória, sobre a preocupação de destacar uma certa faceta do Juscelino, esquecer outras. Efetivamente, um dos escritores lá da minissérie me disse “não, professora, mas isso aí é o seu papel, que é de professor de história, nós somos ficcionistas”. Eu fui lá e procurei transmitir uma visão de um profissional de história, seguindo aquelas diretrizes que a gente considera que dão sustentação ao nosso campo, que é a confrontação de fontes, que é a definição do lugar daquela fonte, daquele personagem, de forma que você possa confrontar aquelas informações para promover uma visão crítica daquele processo, daquele personagem, ou, pelo menos, para que aquele evento seja visto por diferentes ângulos e facetas. Mas às vezes é muito difícil. E as pessoas embarcam nisso. Às vezes não é nem porque as pessoas querem, mas elas acabam absorvidas. É um trabalho difícil de ser realizado. Mas eu não acho que a gente deva se afastar disso. Acho que devemos enfrentar o desafio e tentar fazer o melhor. Não dá para se encerrar numa torre de marfim, ficar só cuidando de sua pesquisa individual.

**RL: Já ouvimos você falar sobre esses protocolos e regras do campo disciplinar da história como saberes sobre buscar informações, processar informações. Aí tem um**



## **caminho para o ensino de História? Qual a relação entre o ensino da história e as regras do nosso campo?**

MMF: Acho que o ensino de história na educação básica tem discussões enormes, sobre o chamado conhecimento escolar da história, ensino da história escolar e o que é possível fazer, e a história como um instrumento para desenvolver valores morais e o compromisso com valores democráticos, enfim. Eu penso que sim, mas eu não saberia te responder isso, até porque eu não tenho essa experiência com crianças muito pequenas. Mas eu acho que com adolescentes, talvez seja possível transmitir essas ideias. Você que é professor de ensino básico pode me contradizer, porque falar é fácil, mas sei que fazer é difícil, às vezes, com a meninada lá, de treze, quatorze anos, agitando horrores. Não é uma tarefa fácil. De qualquer forma, eu vejo que a História Oral, por exemplo, pode ser muito útil na educação básica e, no entanto, ela é muito pouco usada. Ela é muito usada pelos pesquisadores acadêmicos, a pessoa que está estudando a ditadura militar, ou o sindicato, ou as elites políticas, enfim, as pessoas usam muito o trabalho com as entrevistas, usam os materiais, discutem o problema da memória. Agora, acho que na educação básica você pode trabalhar mostrando como é fazer uma entrevista com uma pessoa, preparar o estudante a fazer uma entrevista, pode ser com alguém da família dele, um vizinho, alguém das proximidades, e mostrar que existem maneiras diferentes de ver o mesmo episódio; discutir a ideia, não de verdade, mas de um conhecimento fidedigno, de um conhecimento mais confiável, que se sustenta mais, consegue reunir um conjunto de informações, fazer uma contraprova, vamos dizer assim. Tinha-se, há um tempo, uma grande preocupação de passar muitas informações para os alunos, um volume de informações muito grande, você tinha que saber tudo. Mas hoje, tudo o que você fala, imediatamente pode ser checado pelo aluno no Google. A informação é muito fácil de ser conseguida, e aí que é muito importante a gente fazer uma distinção entre informação e conhecimento. Informação tem de montão. A gente fala qualquer coisa, Revolução Francesa, por exemplo, o estudante vai entrar lá no Google e vê o verbete da Wikipedia, a informação não sei de onde, o *blog* não sei de quê, ou você fala sobre Napoleão Bonaparte, Renascimento, imediatamente ele é capaz de reunir informações da internet, mas ter acesso a essa informação não vai agregar maior valor. Isso é só um ponto de partida. Como é que ele vai lidar com essa informação é que eu acho que pode ser uma preocupação do ensino da história. Eu estava falando da História Oral, mas pode ser também a própria pesquisa na internet. Hoje tem tantos *blogs* de história, uma quantidade de informação, e tem coisas boas e



coisas muito ruins, muito erradas, muito mal escritas, muito confusas. Então, é importante sempre procurar mostrar que existem pontos de vista e que o conhecimento histórico é um conhecimento construído. Inclusive entre os alunos da universidade. Você pega um aluno do primeiro período, ele acha que a história é um conhecimento dado, existe e é assim. Ele não percebe que aquilo ali foi objeto de uma seleção, objeto de alguma escolha, alguns fatos foram lembrados, outros não foram, e que por isso você tem, às vezes, interpretações diferentes. É difícil, mas acho que a gente deve tentar. Talvez o professor tenha que lidar com um programa grande, e tenha que fazer prova do ENEM, tenha que atender aos sistemas de ensino que cobram um cronograma apertado, mas talvez em algumas unidades do curso seja possível fazer algum trabalho nessa direção. Eu vejo um pouco assim, mas não me arvore em achar que eu tenho a chave, que eu tenha a resposta para isso, porque não é uma atividade fácil, ser professor, e ser professor da educação básica, é uma tarefa extremamente desafiadora. E as pessoas, diferentemente do que se pensa, deveriam ter muita competência para poder dar conta desse desafio, de transmitir um tipo de conhecimento, um tipo de informação. E muitas vezes as pessoas acham que ensinar é uma coisa banal. Outro dia fui a uma reunião, com vários conselheiros da secretaria de educação, e lá as pessoas diziam assim: “não, qualquer pessoa pode dar aula de história, porque basta contar uma história, quem nunca quis contar uma história?” A ideia de ensino de história é, para o público mais amplo, muitas vezes, de um simplismo muito grande. As pessoas não se dão conta do quê envolve isso. Comecei a discutir, disse: “olha, depende do que você entende por ensino de história. Se você acha que ensino de história é transmitir uma historinha, concordo com você, qualquer pessoa pode fazer isso”. E é engraçado, não é à toa que até hoje a gente não conseguiu ter a regulamentação da profissão do historiador. Você consegue regulamentar as profissões mais diversas, cuidador de idosos, *sommelier*, turismólogo, mototaxista, todo mundo consegue aprovar uma lei para regulamentar uma profissão. O campo da história não consegue fazer, vide o que se passou agora, a direção da ANPUH batalhando para se fazer a regulamentação por dois anos, sem conseguir, porque no fundo, a história é um bem e um mal. É um campo de conhecimento que atrai a atenção de muita gente. Basta ver que hoje tem uma quantidade de filmes, de vídeos, de literatura, ficção, novela, enfim, tem uma diversidade de produtos que falam do passado. Também não acho que a gente deve ser dono do passado. O passado pode ser acessado por muitos campos do conhecimento. Mas o conhecimento do profissional de história não é reconhecido e todas as pessoas acham que sabem de história, que tem a última palavra.



**RL: Um dos pareceres contrários ao projeto de lei, se não me engano, dizia que não haveria prejuízo ao ofício do historiador se outras pessoas também fizessem história. Esse é um dos motivos dele ser contrário.**

MMF: A gente não pode achar que só quem pode escrever sobre história são as pessoas que tem a formação específica. Agora, ter o título e a possibilidade de lecionar, de trabalhar num arquivo, de trabalhar num museu, de prestar concurso, isso acho sim que deve ser para as pessoas que têm formação específica. Se tiver uma pessoa que quer escrever um livro de história, tudo bem. Você tem o ficcionista que quer fazer uma ficção tomando personagens históricos, bacana, legal, eu até gosto muito. Romance histórico é um barato.

**RL: Então, para terminar, a gente queria fazer uma pergunta sobre o ProfHistória, um tema quente. A gente queria saber se já houve algum tipo de avaliação. Sabemos que está no início, mas gostaríamos de saber se já foi possível fazer algum tipo de balanço, os desafios que precisam ser equacionados nos próximos editais. O que esse início já indicou?**

MMF: Antes de falar do futuro, vou falar do passado. Dentro daquela linha de raciocínio que eu estava desenvolvendo, da dificuldade da comunidade acadêmica de atribuir importância à educação básica, de perceber que o ensino de história é um campo importante, que tem que receber contribuições das pessoas que estão na universidade. Não que eles tenham a resposta, mas eles podem dar algum tipo de contribuição, mas essa ideia encontra resistências. A própria estruturação do mestrado profissional encontrou resistência, mesmo dentro dos programas dessas universidades que aderiram ao ProfHistória. Em muitas universidades disseram: “eu não quero entrar no ProfHistória porque vai atrapalhar minha carreira de historiador. Eu vou desviar minha atenção”. Eu não acho que todo mundo deva participar, mas muita gente achava que um programa de pós-graduação não deveria, digamos, estimular, apoiar que parte do seu corpo docente fosse se engajar no ProfHistória. Sua concretização é uma coisa muito importante nessa direção, de legitimar diante da pós-graduação, diante da comunidade acadêmica, a questão do ensino. E acho que a CAPES teve um papel muito



importante na criação desse programa de mestrados profissionais, mas também de dar o recurso pra isso, dar as bolsas para os professores, de estimular a criação de novos programas. Aquele modesto documento que a gente fez lá em 2008, talvez não tenha surtido esse efeito todo, mas, de alguma maneira, aqueles pontos que a gente levantou estão sendo agora atendidos, estão sendo objetos dessas novas políticas e desse estímulo para que efetivamente se possa dar uma relevância muito grande ao ensino de história. É uma formação voltada a professores da educação básica, com uma preocupação que não é de atualização, porque cursos de atualização de conteúdos, isso a gente já teve milhares, há muito tempo já se faz. Eu já participei de muitos, aqui no Rio e em outros estados, em que a gente era chamado para participar da atualização do ensino de história contemporânea do Brasil ou da história moderna, ou antiguidade. Isso nunca deixou de existir, e ainda acho importante. Mas o interessante desse mestrado profissional é que ele está preocupado em discutir com os professores e ouvir também as questões que os professores têm de como se constrói o conhecimento histórico; essa questão que você colocou, como o protocolo do conhecimento histórico pode ser levado, pode ser trabalhado na educação básica. Eu não tenho a resposta. Eu dei aqui algumas ideias. Mas acho que no fundo, essa é a grande questão do mestrado profissional do ensino de história e que a aproximação desse tema, aproximação no sentido de equacionar, buscar respostas pra isso, acho que é um trabalho que vai ter resultado. Você perguntou qual a avaliação. O que a gente espera é abrir o diálogo entre a experiência dos professores que estão na educação básica, colocando a mão na massa, trabalhando com as crianças, com os jovens, e a gente que está propondo outro tipo de reflexão, sobre a construção do conhecimento histórico, sobre o uso das fontes, sobre a ideia de como você lida com a demanda social, porque acho que esse ponto afeta o conhecimento na universidade, ele afeta o conhecimento desse bacharel que vai trabalhar numa agência de turismo, num museu, mas acho que afeta muito o professor na sala de aula, quando ele vai discutir os 50 anos da ditadura, quando ele vai discutir os 60 anos da morte do Vargas, enfim, uma grande quantidade de assuntos que aparecem todos os dias e que acho que o professor tem que tratar. Nesse sentido, a chamada história do tempo presente se torna muito importante na educação básica, se torna um tema que o professor lida o tempo todo. Como você trata a questão do tempo? Como trata a questão do conhecimento histórico? Por que, muitas vezes, na ideia de se aproximar os conteúdos criam-se anacronismos absurdos? De você pegar questões e temas de hoje e vê-los no passado, como era a “reforma agrária” em Roma, por exemplo. Não acho que os professores universitários têm as respostas, mas é um desafio. E do ponto de vista do



futuro, por enquanto o grande desafio que estamos enfrentando é operacional, como lidar com os recursos, como é que a gente define melhor também o que vai ser a dissertação desses alunos, como é que você articula essa rede e acompanha seu funcionamento, com 12 universidades, cerca de 95 professores e 140 alunos que entraram na primeira turma, como é que se opera com isso. Porque uma coisa é o projeto inicial, que é muito interessante, suas linhas de pesquisa, mas em toda reunião que a gente faz, que o Conselho Acadêmico Nacional faz, ou nas reuniões dos coordenadores dos grupos, sempre surge uma quantidade de questões, de problemas, de desafios que a gente não tinha previsto. Então, essa primeira turma está trazendo um aprendizado muito grande, e ainda mais para nós, que estamos na condição de coordenadores e administradores desse projeto. E, agora, sinto muito um engajamento, uma animação muito grande dos professores da educação básica, nossos alunos. Acho que isso é um sintoma de que as coisas podem dar certo. Outro desafio é o grande número de novas universidades que querem aderir ao ProfHistória, e a gente tem que pensar sobre como administrar isso.

**RL: Em nome da Revista do Lhiste, queremos agradecer muito pela conversa, pela oportunidade de discutir questões tão importantes, de lhe ouvir e conhecer sua experiência.**

MMF: Também agradeço a oportunidade de conversar com vocês e trocar essas ideias.